



1 **ATA 175**

2 Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, por
3 videoconferência, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o
4 Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de Libras: Larissa
5 Dias e Gabriel Bernardo. O Convidado: Mario Aleixo da Mota – Gerente de
6 Infraestrutura da SANTUR. Com a participação dos conselheiros titulares e
7 suplentes: Juliana Terezinha Martins (SDS), Beatriz Andrade (SDS), Ana
8 Rubia Ramos Fritsche Zanella (SSP), Ricardo de Freitas (SIE), Karina
9 Barbosa Poffo Balança (Santur), Jeane Rauh Probst Leite (FCEE), Clever
10 Gilliard Lamin (ASBAC), Christtine Ferreira Gerber (ASBAC), Thiago Antônio
11 de Oliveira (AASJLLE) Amanda Ramos Schwengber (APABB), Jucileni da
12 Paixão Moraes Homem (AFLODEF), Juliana de Assumpção (AFLOREM),
13 Márcia Gil Barddal (FECASD), Patrícia Manetta (COMPED Blumenau), Paulo
14 Roberto Ferronato (COMDE Xanxerê). Ausências Justificadas: Paulo Roberto
15 Homem (Santur), Ketryn Fabiana Cidade Beseke (SED), Tânia Maria Fiorini
16 Geremias (SED), Adriano Sousa (SES), Michele Gindri Vieira (SES), Asterley
17 Kincezski da Silva (SEA), Maria Nilza Eckel (FEAPAEs), Carlos Roberto
18 Sestrem (FECADDESC), Michel Kleinschimidt (FECEC).1- Abertura /
19 apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental.
20 Presidente Jeane faz a abertura da reunião, começando hoje a nossa última
21 reunião deste ano que passou rápido, quando o Alexandre me falou que
22 nessa reunião tem que avaliar os trabalhos do ano, é a última de 2021 e já
23 passou rapidamente. 2- Leitura e aprovação da pauta. A Presidente Jeane faz
24 a leitura dos itens da pauta e foi aprovada e foi inserida a participação do
25 Gerente de Infraestrutura da SANTUR para falar da acessibilidade nas praias
26 de Santa Catarina com as cadeiras anfíbias para pessoas com deficiência. 3-
27 Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes, A Presidente Jeane
28 solicita se houve justificativas de ausência. O Secretário Alexandre fala das
29 enviadas via e-mail e whatsapp e foram aprovadas. 4- Aprovação da Ata
30 174. A Presidente Jeane perguntou se todos receberam a Ata e se concordam
31 com a mesma, A Conselheira Marcia Barddal se manifesta em relação a um
32 ponto da ata que em que diz que eu levaria ao Conade para todos assinarem
33 o abaixo-assinado que que foi proposto com a auditora do Trabalho Luciana
34 de Carvalho mas eu entrei em contato logo a seguir da reunião e ela me
35 explicou que não havia mais essa possibilidade de assinatura somente de
36 inscrição no aplicativo, por isso não apresentei o documento, só para informar.
37 A Ata foi aprovada por unanimidade. 5- Proposta da Lei Catarinense de
38 Inclusão – LCI, A Presidente Jeane sugere para que deixamos essa pauta
39 para fevereiro de 2022, o Secretário Alexandre vai enviar por e-mail para
40 todos os Conselheiros em formato acessível para que todos possam fazer a
41 leitura, as suas sugestões e trazermos para a próxima plenária a discussão e



42 deliberação da mesma. Todos aceitaram a proposta. 6- Projeto praia
43 acessível - Santur. A Presidente Jeane passa a palavra para a Conselheira
44 Karina Balança (Santur) e o Gerente de Infraestrutura – Mario Aleixo da Mota
45 (Santur). O Convidado Mario, fala que o Governo do Estado, através da
46 Santur, adquiriu uma serie de cadeiras anfíbias e estamos trabalhando com as
47 Prefeituras do litoral catarinense, bem como as Associações de Pessoas com
48 Deficiência e também os Conselhos Municipais que temos em nosso litoral de
49 Santa Catarina, para que possamos estar cedendo essas cadeiras anfíbias
50 para o banho de mar, para todos esses Órgãos interessados. Temos em torno
51 de 150 cadeiras para disponibilizar e é um kit onde vai junto uma esteira de 10
52 metros. O nosso pedido a este Conselho estadual, que divulguem esse nosso
53 projeto para que as Pessoas com deficiência, possam ter a oportunidade de
54 tomarem o seu banho de mar com acessibilidade e segurança. Agradeço a
55 oportunidade de fazer essa divulgação e iremos lançar esse programa no dia
56 10 de dezembro, e já temos 50 prefeituras que solicitaram esse kit que
57 geralmente fazem parceria com o corpo de bombeiros para que as Pessoas
58 com Deficiência possam estar utilizando essas cadeiras anfíbias. O Secretário
59 Alexandre se disponibilizou em divulgar no e-mail do Conede aos conselhos
60 municipais e associações para que façam o pedido junto a Santur desses kits
61 do SC praia acessível. 7- Ad referendum sobre: SCC 00019880/2021 -
62 Regulamenta a Lei nº 18.225, de 11.10.2021, de origem parlamentar, que
63 "Dispõe sobre o registro de violência contra a pessoa com deficiência no
64 Boletim de Ocorrência expedido pelas Delegacias de Polícia Civil e pela
65 Polícia Militar do Estado de Santa Catarina". A Presidente Jeane fala que
66 todos tiveram acesso pelo whatsapp dos ofícios encaminhando as respostas,
67 na qual o Secretário irá fazer a leitura das respostas. Os ofícios tiveram a
68 contribuição da Conselheira da SSP - Ana Rubia Ramos Fritsche Zanella. O
69 Secretário Alexandre, faz a leitura: Senhor Gerente, Em atenção ao ofício nº
70 480/2021-GEPDI/DIDH/SDS, e aos demais documentos contidos neste
71 processo, sobre a regulamentação da Lei nº 18.225, que *"Dispõe sobre o*
72 *registro de violência contra a pessoa com deficiência no Boletim de*
73 *Ocorrência expedido pelas Delegacias de Polícia Civil e pela Polícia Militar do*
74 *Estado de Santa Catarina"* registramos, de forma preliminar, as seguintes
75 informações; 1- Considerando as competências deste Conselho Estadual dos
76 Direitos da Pessoa com Deficiência com destaque, neste momento, para o
77 acompanhamento e monitoramento das Políticas Estaduais; 2-Considerando o
78 veto ao Art. 3º *"O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no*
79 *prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da data de sua publicação"*
80 apresentado no Projeto de Lei nº 347/2020; 3- Considerando que cabe ao
81 executivo aplicar a política descrita, por meio do Registro do Boletim de
82 Ocorrência, devidamente identificado nos casos em que a violência praticada



83 é contra a pessoa com deficiência, expedido pelas Delegacias de Polícia Civil
84 e pela Polícia Militar, vinculadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública
85 (SSP/SC);1- Considerando que os dados estatísticos a serem divulgados,
86 conforme consta no Art. 2º da legislação em questão, é de competência da
87 SSP/SC; 2- Considerando a recente Publicação da Legislação, outubro de
88 2021;3- Considerando que a Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL) já
89 oficiou, concomitantemente, à SSP/SC, para que esta se manifeste; O corpo
90 diretor e conselheiros, em reunião ordinária, estudaram, debateram e
91 concordaram sobre reforçar o pedido de manifestação da SSP, sobre as
92 ações praticadas e/ou planejadas pelo órgão, até o presente momento, para o
93 efetivo atendimento do disposto na legislação. Desta forma, paralelo esta
94 resposta, foi encaminhado ao Colegiado Superior de Segurança Pública e
95 Perícia Oficial, um ofício, em caráter consultivo, para tais esclarecimentos,
96 bem como para informar a disponibilidade deste Conselho para orientações
97 necessárias e outros entendimentos pertinentes à aplicação da mencionada
98 Lei. Por fim, tão breve termos o retorno por parte da SSP, podemos
99 encaminhar para a Gerência de Políticas para Pessoa com Deficiência e
100 Idosos, os esclarecimentos e manifestações apuradas pelo CONEDE.
101 Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.
102 Atenciosamente, Jeane Rauh Probst Leite – Presidente do Conede. Ao Sr.
103 Maicon de Medeiros, Gerente para políticas para pessoas com deficiência e
104 idosos – GEPDI – SDS. 08- Ad referendum sobre: SCC 00012466/2021 -
105 Regulamenta a Lei nº 18.147, de 29.06.2021, de origem parlamentar, que
106 "Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de
107 polícia, para instituições beneficentes que as transformem em cadeiras de
108 rodas, triciclos de corrida para cadeirante e outros objetos". A Presidente
109 Jeane solicita ao Secretário Alexandre que faça a leitura do ofício. O
110 Secretário faz a leitura, no que segue: Senhor Gerente, Em atenção ao ofício
111 nº 481/2021-GEPDI/DIDH/SDS, e aos demais documentos contidos neste
112 processo, sobre a regulamentação da Lei nº 18.147, de 29.06.2021, de origem
113 parlamentar, que "*Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato*
114 *administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes que as*
115 *transformem em cadeiras de rodas, triciclos de corrida para cadeirante e*
116 *outros objetos"* registramos, de forma preliminar, as seguintes informações; 1-
117 Considerando as competências deste Conselho Estadual dos Direitos da
118 Pessoa com Deficiência com destaque, neste momento, para o
119 acompanhamento e monitoramento das Políticas Estaduais; 2- Considerando
120 as manifestações dos órgãos integrantes do Colegiado Superior de
121 Segurança Pública e Perícia Oficial de Santa Catarina, previamente juntadas
122 neste processo – SSP 2346/2021; SSP 2347/2021; SSP 2344/2021; SSP
123 2345. 3- Considerando o disposto no Art. 2º "*Os órgãos responsáveis pela*



124 *doação das bicicletas apreendidas deverão fazer a doação através de ato*
125 *administrativo para as entidades devidamente cadastradas através de Edital*
126 *de Seleção a ser organizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina ou*
127 *órgão por ele designado”. 4- Considerando o disposto no Art. 3º “Os órgãos*
128 *responsáveis pelas doações das bicicletas terão o prazo de 90 (noventa) dias*
129 *para realizar a adequação necessária, prazo esse que contar-se-á da data da*
130 *publicação desta Lei”. O corpo diretor e conselheiro, em reunião ordinária,*
131 *entende que ao CONEDE, cabe o acompanhamento das doações e editais*
132 *abertos dos itens a serem destinados para as instituições, e para tanto,*
133 *paralelo esta resposta, foi encaminhado ao Colegiado Superior de Segurança*
134 *Pública e Perícia Oficial, um ofício, em caráter consultivo, acerca das ações*
135 *praticadas e/ou planejadas pelo órgão, até o presente momento, para que*
136 *possamos acompanhar o efetivo atendimento do disposto na legislação. Por*
137 *fim, tão breve termos o retorno por parte da SSP, podemos encaminhar para a*
138 *Gerência de Políticas para Pessoa com Deficiência e Idosos, os*
139 *esclarecimentos e manifestações apuradas pelo CONEDE. Permanecemos à*
140 *disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente, Jeane Rauh*
141 *Probst Leite – Presidente do Conede. Ao Sr. Maicon de Medeiros – Gerente*
142 *de Políticas para Pessoa com Deficiência e Idosos – GEPDI – SDS. 09- Ad*
143 *referendum dos 2 ofícios pedindo informações sobre as Leis nº 18.225/21 e*
144 *18.147/21 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública. A Presidente*
145 *Jeane solicita que o Secretário Alexandre faça a leitura dos ofícios*
146 *encaminhados para SSP. O Secretário Alexandre, faz a leitura no que segue:*
147 *Senhor Presidente, Em atenção ao ofício nº 480/2021-GEPDI/DIDH/SDS, e*
148 *aos demais documentos contidos no processo nº SCC 19880/2021, sobre a*
149 *regulamentação da Lei nº 18.225, que “Dispõe sobre o registro de violência*
150 *contra a pessoa com deficiência no Boletim de Ocorrência expedido pelas*
151 *Delegacias de Polícia Civil e pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina”,*
152 *e considerando as competências deste Conselho Estadual dos Direitos da*
153 *Pessoa com Deficiência, elencadas conforme a Lei nº 15.115, de 19 de*
154 *janeiro de 2010 (Lei de criação do CONEDE), com destaque, neste momento,*
155 *para o acompanhamento e monitoramento das Políticas Estaduais; Com*
156 *intuito de acompanhar e obter conhecimento dos fatos atuais, O CONEDE*
157 *provoca a manifestação desta Secretaria quanto ao planejamento e*
158 *andamento das ações pertinentes para a regulamentação e efetivação do*
159 *disposto na Lei recentemente publicada em 11 de outubro de 2021. Neste*
160 *momento, de forma sugestiva, propomos dar maior visibilidade, em páginas*
161 *institucionais sobre a nova possibilidade do registro, afim de que a informação*
162 *seja amplamente disseminada e tenha maior eficiência possível. Destacamos*
163 *que o CONEDE pretende fazer o mesmo, afim de conscientizar, encorajar a*
164 *população para que em conjunto, tenhamos uma Política Eficiente.*



165 Aproveitamos o momento oportuno para manifestar a disponibilidade e
166 interesse do CONEDE ter acesso aos dados estatísticos e análises geradas
167 com a aplicação da referida lei. Desta maneira após análise, podemos fazer
168 sugestões de políticas voltadas para a redução dos índices gerados. Diante
169 do exposto estamos disponíveis para esclarecimentos pertinentes, também
170 por meio do contato e-mail oficial do CONEDE - conede@sst.sc.gov.br
171 .Atenciosamente, Jeane Rauh Probst Leite – Presidente do Conede. Ao
172 Excelentíssimo CEL. BM CHARLES ALEXANDRE VIEIRA ERON GIORDANI.
173 Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial.
174 Secretaria de Estado da Segurança Pública. Senhor Presidente, Em atenção
175 ao ofício nº 481/2021-GEPDI/DIDH/SDS, e aos demais documentos
176 contidos no processo nº SCC 12466/2021, sobre a regulamentação da
177 Lei nº 18.147, de 29.06.2021, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a
178 doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia, para
179 instituições beneficentes que as transformem em cadeiras de rodas, triciclos
180 de corrida para cadeirante e outros objetos” e considerando as
181 competências deste Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
182 Deficiência, elencadas conforme a Lei nº 15.115, de 19 de janeiro de 2010
183 (Lei de criação do CONEDE), com destaque, neste momento, para
184 o acompanhamento e monitoramento das Políticas Estaduais; Com intuito de
185 acompanhar e obter conhecimento dos fatos atuais, O CONEDE
186 provoca a manifestação desta Secretaria quanto ao planejamento e
187 andamento das ações pertinentes para a implementação do disposto pela Lei
188 nº 18.147, em especial aos Artigos 2º e 3º. Considerando que corpo diretor e
189 conselheiros, em reunião ordinária, entenderam que ao CONEDE, cabe o
190 acompanhamento das doações e editais abertos dos itens a serem destinados
191 para as instituições, afim de assegurar processo de seleção das instituições
192 habilitadas bem como à aplicação efetiva e adequada dos itens
193 transformados, pelas instituições contempladas. Gostaríamos de ser
194 notificados, se possível, sobre número de processo ou informação passível de
195 acompanhamento por parte deste Conselho, dos editais abertos e a serem
196 publicados pelas instituições responsáveis pelas doações. Aproveitamos o
197 momento oportuno para manifestar a disponibilidade do CONEDE em
198 contribuir para as ações necessárias para a implementação da Política
199 Pública. Por fim o conselho permanece à disposição para esclarecimentos
200 pertinentes, também por meio do contato e-mail oficial do CONEDE -
201 conede@sst.sc.gov.br. Atenciosamente, Jeane Rauh Probst Leite –
202 Presidente do Conede. Ao Excelentíssimo CEL. BM CHARLES ALEXANDRE
203 VIEIRA ERON GIORDANI. A Presidente Jeane, coloca em aprovação todos
204 os “AD Referendum” desta plenária, na qual foi aprovado. A Presidente Jeane
205 solicita se o Conselheiro Maicon quer comentar algo, já que os ofícios foram



206 direcionados a ele. O Conselheiro Maicon relata que acolheu os ofícios no
207 processo do SGPe e aguardar as outras respostas, esperamos que sejam
208 breves. 10- Despacho da SIE – sobre acessibilidade no Transporte Público
209 intermunicipal e interestadual. A Presidente Jeane solicita que o Secretário
210 Alexandre faça a leitura do despacho. O Secretário segue a leitura: Prezada
211 Senhora Presidente, em resposta às solicitações contidas no Ofício
212 CONEDE/SC nº 001/2021, quais sejam: “(a) solicitar informações acerca da
213 acessibilidade no transporte público intermunicipal e interestadual, (b) como
214 estão sendo feitas as fiscalizações, a integração do transporte com
215 acessibilidade e a cobrança da Lei, com a acessibilidade para as Pessoas
216 com Deficiência que utilizam do transporte intermunicipal em nosso Estado de
217 Santa Catarina. Solicitamos também (c) informações sobre a licitação para a
218 concessão das Empresas de Transporte Rodoviário, pois muitas Empresas
219 reclamam que não podem fazer o investimento em acessibilidade nos Ônibus,
220 sem ter a segurança do contrato de concessão. Pedimos que além da
221 fiscalização em acessibilidade nos Ônibus, que (d) seja realizada a
222 fiscalização de acessibilidade nos Terminais rodoviários, que os mesmos
223 tenham toda acessibilidade para as Pessoas com Deficiência em nosso
224 Estado de Santa Catarina” [grifos nosso]. Temos a informar, conforme os
225 documentos das áreas técnicas que compõem este processo, na ordem acima
226 elencada, que: (a) Informações solicitadas foram prestadas por meio do
227 despacho 33-2021 à página 0017 e 0018 do processo em tela, que formaliza a
228 implantação no Sistema SCmobi de campo para que as empresas operadoras
229 possam prestar as informações sobre os veículos adaptados da sua frota; (b)
230 Ainda, ressalta-se as informações relativas a fiscalização prestadas pela
231 ARESC por meio do documento de resposta da Agencia às páginas 007 à
232 0010, que exemplifica as verificações efetuadas nas ações fiscais da Agencia,
233 bem como as demais providencias que estão sendo tomadas para a
234 atualização da Legislação Estadual em conjunto com a SIE; (c) Também, são
235 elencadas as informações prestadas pelos setores responsáveis da
236 Superintendência de Planejamento e Gestão e da Superintendência de
237 Infraestrutura, respectivamente, na Manifestação GPTRA 004_2021 às
238 páginas 0013 e 0014 e na manifestação técnica GEROT 01-21 à página 004,
239 que elencam as providências em curso relativas a regularização temporária,
240 com conseqüente licitação do Sistema de Transporte Interestadual de
241 Passageiros, atualmente em progresso na Secretaria, conforme Termo de
242 Acordo firmado pela Secretaria com o Ministério Público de Santa Catarina -
243 MPSC, a Procuradoria Geral do Estado - PGE e a Agência Reguladora de
244 Santa Catarina – ARESC às páginas 0020 à 0034 do processo; (d) Por fim,
245 esta demanda é respondida pela ARESC, no documento referido
246 anteriormente, à página 009, no qual a Agencia informa que não se encontra



247 entre as competências e atribuições da Instituição a fiscalização da
248 acessibilidade dos terminais rodoviários de passageiros, sendo o ente
249 municipal o responsável pelo atendimento a legislação vigente. Sem mais
250 para o momento, reiteramos votos de estima e apreço. Atenciosamente,
251 Thiago Augusto Vieira – Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.
252 A Presidente Jeane, relata que precisamos intensificar junto aos Órgãos, as
253 fiscalizações nos transportes intermunicipais e rodoviários, pois sempre há
254 reclamações de Pessoas com deficiência nesses transportes. Está tramitando
255 na ALESC uma consolidação dos passes livres para Pessoa com Deficiência,
256 e que em breve, deveremos estar recebendo no Conselho para manifestação.
257 O Conselheiro Clever solicita qual a pauta que deixaram para o ano que vem.
258 A Presidente Jeane responde que será sobre a sugestão da Lei Catarinense
259 de Inclusão. 11- Deliberação das Comissões Permanentes A Presidente
260 Jeane, relata que a comissão que esteve reunida, foi dos atos normativos, e o
261 Conselheiro Michel não está presente hoje. O Secretário Alexandre diz que
262 ele delegou ao Conselheiro Maicon para fazer o uso da palavra. Reunimos-
263 nos na tarde de ontem, nesta comissão com dois temas centrais nessa
264 reunião, que foi o fundo estadual pcd e a sugestão da lei catarinense de
265 inclusão. Sobre o fundo, participou conosco um advogado da Cojur/SDS – Dr
266 Luiz Augusto e o Contador Paulo da Gerência de Finanças também da SDS,
267 foi construído uma minuta de lei deste fundo, houve um despacho da Cojur na
268 qual requisita que a sugestão desta lei do fundo, esteja contemplando a fonte
269 de recursos e outras questões. Estimar os gastos públicos para o fundo
270 estadual PCD, e enviar para a gerência de planejamento desta Secretaria, de
271 acordo com o decreto estadual nº 2.382/2014, sobre atos legislativos. O
272 Contador Paulo sugeriu que o Conselho possa se reunir com representantes
273 da Secretaria de Estado da Fazenda, e da Secretaria de Estado da
274 Administração, solicitando orientações sobre essa sugestão de Lei do Fundo
275 Estadual PCD e pensar as fontes de recursos e ver as possibilidades para que
276 o Fundo possa ser instalado e em pleno funcionamento. Sobre a LCI, ela
277 contempla praticamente a Lei Brasileira de Inclusão e temos algumas
278 ressalvas que qualificam um pouco mais a nossa Lei de Santa Catarina e o
279 Conselheiro Michel, mandou e-mail com suas considerações sobre algumas
280 sugestões para incluir no texto da LCI. Ele coloca sobre os cães guias, seja
281 estendido na lei para as famílias socializadoras e durante o treinamento do
282 cão guia também, seja respeitado à lei para que os mesmos tenham o direito
283 igual ao usuário de cão guia, para que não sejam barradas em locais como
284 restaurantes e outros. O segundo ponto seria em questão dos laudos médicos
285 de Pessoas com deficiência, que possuem a deficiência irreversível, para que
286 não precisassem de tempo em tempo, comprovar a sua deficiência, na qual é
287 definitiva. A Presidente Jeane fala que por questão hierárquica que os



288 documentos para Secretaria de Estado da Fazenda e Administração, saiam
289 do Gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, solicitando
290 as reuniões com a participação com o Conede. Quanto a Lei Catarinense de
291 Inclusão fica esses dois itens e outros que ainda precisam ser incluídos, como
292 aos cães de assistência as pessoas com autismo. Para trazer para vocês,
293 estou participando, representando o CONEDE do NIDI, do MPSC da comarca
294 de Florianópolis, com Dr. Daniel Paladino, fazem varias vistorias, muitas
295 demandas, é muito importante e está sendo uma ampla divulgação para a
296 entrada e permanência do cão guia, nos estabelecimentos, da existência
297 deste beneficio e isso é muito importante. Paralelo a isso, na ultima segunda
298 feira, estive com o Secretário da Segurança de Florianópolis, Coronel Araújo,
299 para estarmos verificando algumas ações, na próxima segunda feira, vai ter
300 uma vistoria no TICEN – Terminal Urbano de Florianópolis, para avaliar a
301 acessibilidade neste local, eu não vou conseguir ir, se algum conselheiro
302 quiser representar, e com o Coronel Araújo, pedi para que esteja
303 encaminhando uma central de interpretes no Município de Florianópolis,
304 fundamental que tenha essa central, por ser a capital do Estado, temos outras
305 centrais, em Chapecó, Blumenau, em São José, na FCEE, e a gente estar
306 ajudando nessa estrutura, e vai haver no dia 11, um simulado de desastre,
307 estou acompanhando dentro do possível, essas informações do NIDI pelo
308 MPSC, e vou trazer para conhecimento dos Conselheiros. A Conselheira
309 Jucilene se dispõe a representar o Conede na vistoria do TICEN na próxima
310 segunda feira. 12- Assuntos Gerais: a Presidente Jeane fala que fomos
311 convidados para participar amanhã a noite, do prêmio da moda inclusiva, que
312 vai ser no CIC, eu estou tentando participar para representar o Conselho. A lei
313 estadual nº 18255/2021 que inseri os doentes renais crônicas estagio V, como
314 pessoa com deficiência, fomos procurados pelos direitos que essas pessoas
315 irão ter, pois são considerados Pessoa com Deficiência, eu estou em
316 tratativas para credenciar essa Instituição dos Renais, para que possamos
317 fazer o passe livre para essas Pessoas, estamos nessas tratativas. 13-
318 Avaliação do ano 2021 - Conede. A Presidente Jeane fala que a palavra está
319 aberta. O Secretário Alexandre comunica que no regimento interno do
320 Conede, precisa ser realizado um relatório anual das atividades do conselho,
321 esse relatório de 2021 será apresentado na primeira reunião de 2022 para
322 ciência e aprovação dos Conselheiros. O Conselheiro Maicon fala que tem
323 pouco a falar, pois chegou recente ao Conselho, fico a disposição aqui na
324 gerencia de política para Pessoa com deficiência e idoso, colocando meus
325 esforços para todos do Conede. O Conselheiro Ricardo de Freitas fala que
326 tivemos um ano bem atípico, tivemos que improvisar muitas questões,
327 avançamos em algumas e ficamos estagnados em outras, esperando que no
328 ano de 2022 possa ser mais produtivo, tivemos grandes perdas aqui no nosso



329 conselho, a Janice, a Kelly, que nos fazem uma grande falta, de repente
330 nossos trabalhos presenciais, sejam mais produtivos, como eu faço parte do
331 grupo SC acessível, que é coordenado pela Promotora do MPSC, espero que
332 o Conede tenha uma representatividade mais participativa, pois é um assento
333 super importante, onde vários Órgãos do Estado representados, o próprio
334 CREA e o CAU, para fechar eu quero agradecer, a todos pelo empenho,
335 agradecer especialmente a Presidente Jeane, e ao Secretário Alexandre,
336 obrigado a todos. O Conselheiro Paulo Ferronato fala que foi um ano difícil
337 principalmente no primeiro semestre, que não tínhamos uma perspectiva de
338 vacina de sair, estamos agora interagindo um pouco mais. O Conede mesmo
339 a distância, consegue fazer seu papel, a missão foi cumprida, tivemos perdas,
340 como o Presidente da Aflodef, o Zézinho, que era uma liderança da Pessoa
341 com Deficiência na região de Florianópolis, é importante estarmos juntos,
342 numa reunião presencial, de frente a frente, poderia ter mais interação entre
343 as pessoas, aqui no online muitas vezes, poucos conselheiros interagem,
344 acredito que ano que vem, podemos pensar em fazer algumas reuniões
345 presenciais, não todas, mas algumas, vejo que é importante e fazer um
346 planejamento de capacitação, como houve com os conselhos municipais, o
347 Conede também se manifestou sobre a campanha vacina já, pelos direitos
348 das pessoas com deficiência, serem vacinadas contra covid19, então o
349 conselho cumpriu o seu papel. Gostaria de parabenizar a Presidente Jeane e
350 ao Secretário Alexandre e a luta tem que partir de pessoas comprometidas na
351 causa, lutando pelas pessoas com deficiência e a gente sabe que tem muita
352 coisa a fazer. Um ótimo natal a todos e um feliz 2022. A Presidente Jeane,
353 fala que apesar da gente estar a distância, eu sei que o trabalho presencial
354 proporciona uma discussão mais acalorada, mas a gente sempre teve um
355 grupo bom participando das reuniões online, e quando a gente quer fazer
356 presencial, não conseguimos trazer todos, sinto uma representação maior das
357 instituições que representam os segmentos da pessoa com deficiência, eu
358 vejo a participação maior dos Órgãos administrativos, do que as Entidades da
359 sociedade civil, que deixam de vir ao Conede, que é seu espaço de
360 manifestação, junto ao colegiado do Governo do Estado, acredito que demos
361 conta sim, foi um ano de perda, não só dos nossos Conselheiros que saíram,
362 e para o movimento tivemos a perda do CONADE, não instituiu e não temos
363 mais notícias, legislação que estão sendo deliberada de maneira errada,
364 estamos preocupados com a avaliação biopsicossocial, pois todo trabalho
365 realizado até agora, pode não ser contemplado. E no nível nacional tivemos
366 muitas perdas que fragmenta os trabalhos dos Conselhos, ainda no nosso
367 Estado, alguns Conselhos Municipais muito participativos, algumas poucas
368 regiões onde os Conselhos municipais fazem suas atividades e enaltece
369 nosso Estado. Como diretora da FCEE com muitas responsabilidades, as



370 vezes não consigo assumir tudo como gostaria nesse Conselho e ter duas
371 grandes responsabilidades ao mesmo tempo, é muito complicado. A própria
372 mesa diretora do Conselho, tem que estar se revendo, para que tenha uma
373 maior participação da mesa diretiva, nem todas as reuniões a gente tem, e
374 agradeço a compreensão de todos vocês, e principalmente ao Secretário
375 Alexandre, eu não conseguiria fazer nem a metade do que realizo sem o
376 trabalho do Alexandre, para a manutenção deste Conselho, está vinculado a
377 história de todas as gestões que passaram aqui e que mantem a chama viva
378 do nosso Conede. Hoje recebemos o decreto da V Conferência Nacional,
379 revogando o anterior e dando poderes para o Ministério da Mulher, Família e
380 Direitos Humanos, para agendar a Conferência e realizar, se houver
381 disponibilidade financeira. Que possamos ter sucesso, saúde e tranquilidade
382 para o próximo ano. A Conselheira Marcia fala que, foi meu primeiro ano aqui
383 no Conede, foi um ano de muito aprendizado para mim, eu não tinha essa
384 experiência, agradecer a todos, parabenizar o trabalho da Presidente Jeane e
385 do Secretário Alexandre, e quero trazer dois informes bem rapidinho, a
386 Senadora Mara Gabrilli fez uma audiência pública para falar sobre o
387 restabelecimento das atividades do CONADE, trouxe essa discussão que é
388 uma pauta nossa. Outro informe que trago, foi a premiação da nossa Auditora
389 do Trabalho, Luciana de Carvalho, ela está aqui no projeto de inclusão da
390 pessoa com deficiência no mercado do trabalho, a frente da Semana Inclusiva
391 em Santa Catarina, e ela recebeu esse prêmio, Brasil mais inclusão do
392 Senado da República – Mérito Darci Barbosa. A Conselheira Jucilene, fala
393 que gostaria de agradecer ao aprendizado e estou a frente da AFLODEF, com
394 a perda do nosso Presidente Zezinho, foi um choque para gente, mas a luta
395 tem que continuar, pela causa da Pessoa com Deficiência física. Agradecer a
396 Presidente Jeane e ao Secretário Alexandre por todo apoio dado na causa da
397 Pessoa com Deficiência e espero que o ano de 2022 seja um ano melhor para
398 todos nós. O Secretário Alexandre agradece as palavras dos Conselheiros,
399 sou funcionário público a disposição no Conede, então a minha dedicação é a
400 máxima que o eu posso dar, agradecer a todos que participaram esse ano do
401 Conede, como falei no dia da posse, o Conselho somos todos nós, se cada
402 Conselheiro fizer um pouco, o Conede será grande. E quanto mais visibilidade
403 a gente dar a este Conselho, nesta causa tão nobre, que é a política da
404 Pessoa com Deficiência, mais estará fortalecido, para todas as pessoas com
405 deficiência que moram em nosso Estado ou que aqui visitam. Agradecer a
406 todos, desejar um bom ano de 2022 e um feliz natal e que ano que vem,
407 possamos estar todos juntos nessa causa que é diária. O Conselheiro Clever
408 relata que a participação de todos aqui no Conselho é muito importante, sou
409 grato a todos, desejo um feliz natal, feliz 2022, e que os projetos seguem no
410 ano que vem, muito bom participar no Conede.14- Encerramento. A



411 Presidente Jeane deseja um feliz natal a todos e um feliz 2022 com muita luz,
412 muita saúde, e que a gente tenha um bom descanso merecido, e até a
413 próxima reunião em fevereiro. Até o ano que vem. Dando assim por encerrada
414 a reunião, na qual foi lavrada a presente ata pelo Secretário de Conselho,
415 Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail
416 para ser aprovado na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de
417 Estado do Desenvolvimento Social no endereço eletrônico:
418 [www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-](http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21-12)
419 [10/2020-21-12](http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21-12). Nossa reunião está disponível no canal do youtube da
420 Secretaria de Desenvolvimento Social SC no link:
421 <https://www.youtube.com/watch?v=lhkL0qps2iE&t=4362s>. Florianópolis, 02 de
422 dezembro de 2021.

423

424